ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NA ERA DIGITAL: DESAFIOS, POSSIBILIDADES E PERSPECTIVAS ACADÊMICAS

SONIA REGINA RIBEIRO GONZALEZ

RESUMO

Este artigo propõe uma análise crítica e aprofundada sobre os desafios e as possibilidades da alfabetização e do letramento na era digital, tema que tem mobilizado debates relevantes no campo da educação. A obra parte da compreensão de que os conceitos de alfabetização e letramento, embora distintos, são interdependentes, especialmente quando ressignificados diante das práticas sociais contemporâneas mediadas por tecnologias digitais. Inicialmente, são retomadas as concepções clássicas, baseadas nas contribuições de autores como Soares (2017), que diferencia alfabetização — o domínio do sistema alfabético — de letramento, entendido como as práticas sociais de leitura e escrita. Soma-se a isso a perspectiva de Freire (1996), que defende que "a leitura do mundo precede a leitura da palavra", ressaltando o caráter crítico e contextualizado do ato de ler e escrever. Rojo (2012) complementa ao discutir os multiletramentos, conceito essencial para compreender as múltiplas linguagens e os modos de comunicação contemporâneos. O avanço das tecnologias digitais, a expansão da internet, a ubiquidade dos dispositivos móveis e a disseminação de redes sociais provocam transformações profundas nas formas de produzir, acessar e compartilhar informações. Assim, a alfabetização precisa, necessariamente, incorporar as competências digitais, desenvolvendo nos sujeitos não apenas o domínio técnico das ferramentas, mas, sobretudo, a capacidade de interpretação crítica dos discursos multimodais e das dinâmicas próprias da cultura digital. O artigo explora os impactos da era digital na educação, destacando tanto os avanços quanto os desafios. A inclusão digital e o desenvolvimento de letramentos múltiplos ainda são atravessados por desigualdades socioeconômicas, culturais e educacionais. Discute-se, portanto, se as tecnologias atuam como aliadas na ampliação das práticas letradas ou se, ao contrário, acentuam processos de exclusão e superficialização do conhecimento. No campo das práticas pedagógicas, são analisadas estratégias inovadoras que promovem o letramento digital de forma crítica e transformadora. O papel do professor, neste contexto, ganha centralidade, não como mero transmissor de conhecimentos, mas como mediador, curador de informações e facilitador de processos que integrem as linguagens digitais de forma significativa ao desenvolvimento das competências leitora e escritora. Por fim, a obra apresenta uma reflexão sobre a urgência de repensar os processos educativos, incorporando os desafios éticos, sociais e cognitivos da cultura digital. Busca, assim, contribuir para o fortalecimento de uma educação emancipadora, que forme sujeitos capazes de atuar de forma crítica, ética e participativa na sociedade contemporânea.

PALAVRAS CHAVES: Alfabetização, Letramento, Era Digital, Multiletramentos

ABSTRACT

This article proposes a critical and in-depth analysis of the challenges and possibilities of literacy in the digital age—a theme that has fueled significant debates within the field of education. The work is based on the understanding that the concepts of "alphabetization" (basic literacy) and "literacy" (social practices of reading and writing), though distinct, are interdependent, especially when redefined in the context of contemporary social practices mediated by digital technologies. Initially, classical conceptions are revisited, particularly through the contributions of authors such as Soares (2017), who distinguishes alphabetization—the mastery of the alphabetic system—from literacy, understood as the social practices of reading and writing. This is complemented by the perspective of Freire (1996), who argues that "the reading of the world precedes the reading of the word," emphasizing the critical and contextualized nature of reading and writing practices. Additionally, Rojo (2012) expands the discussion by addressing multiliteracies, a crucial concept for understanding the multiple languages and modes of communication that characterize contem-

porary society. The advancement of digital technologies, the widespread access to the internet, the ubiquity of mobile devices, and the proliferation of social networks have profoundly transformed how information is produced, accessed, and shared. Therefore, literacy must necessarily incorporate digital competencies, fostering in individuals not only technical mastery of digital tools but, more importantly, the ability to critically interpret multimodal discourses and the complex dynamics of digital culture. The article explores the impacts of the digital age on education, highlighting both the advances and the challenges. Digital inclusion and the development of multiple literacies are still marked by socio-economic, cultural, and educational inequalities. Thus, the discussion revolves around whether technologies serve as allies in expanding literate practices or, conversely, exacerbate processes of exclusion and the superficialization of knowledge. In the field of pedagogical practices, innovative strategies are analyzed that promote digital literacy in a critical and transformative way. In this context, the role of the teacher becomes central—not as a mere transmitter of knowledge, but as a mediator, curator of information, and facilitator of processes that meaningfully integrate digital languages into the development of reading and writing skills. Finally, the work presents a reflection on the urgent need to rethink educational processes by incorporating the ethical, social, and cognitive challenges of digital culture. It aims to contribute to the strengthening of an emancipatory education, capable of forming individuals prepared to act critically, ethically, and participatively in contemporary society.

KEYWORDS: Literacy, Alphabetization, Digital Age, Multiliteracies

INTRODUÇÂO

A emergência das tecnologias digitais e sua incorporação nas práticas sociais contemporâneas têm provocado profundas transformações nos processos de ensino e aprendizagem, especialmente no que se refere aos conceitos de alfabetização e letramento. Neste cenário, a escola, enquanto espaço de formação crítica, ética e cidadã, enfrenta o desafio de ressignificar seus métodos e conteúdos, de modo a responder às demandas de uma sociedade hiper conectada, dinâmica e cada vez mais marcada pela circulação de informações em múltiplas linguagens.

A compreensão dos conceitos de alfabetização e letramento, embora frequentemente tratados como sinônimos no senso comum, revela-se mais complexa no campo acadêmico. Conforme aponta Soares (2017), alfabetização refere-se ao domínio do sistema alfabético da escrita, enquanto letramento diz respeito às práticas sociais que envolvem a leitura e a escrita em contextos diversos. Essa distinção, no entanto, não implica separação, mas sim uma relação dialética, onde ambos os processos se complementam na formação dos sujeitos.

Freire (1996), por sua vez, ressalta que "a leitura do mundo precede a leitura da palavra", destacando que o ato de ler e escrever não pode ser reduzido a um exercício mecânico, mas deve ser compreendido como uma prática social, cultural e política, profundamente vinculada às experiências e ao contexto de cada indivíduo.

Rojo (2012) amplia essa perspectiva ao introduzir o conceito de multiletramentos, que contempla a necessidade de os sujeitos se apropriarem das múltiplas linguagens — verbais, visuais, sonoras, digitais e híbridas — que caracterizam a comunicação contemporânea.

O avanço das tecnologias digitais, a massificação da internet e o uso generalizado de dispositivos móveis e redes sociais transformaram profundamente os modos de produzir, acessar e compartilhar informações. Segundo o Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br, 2023), 92% dos domicílios brasileiros possuem acesso à internet, e mais de 80% das crianças e jovens estão conectados desde a primeira infância, o que evidencia a centralidade da cultura digital na vida cotidiana e na formação dos sujeitos.

Neste contexto, surge um novo desafio: como promover uma alfabetização que contemple, simultaneamente, as competências linguísticas tradicionais e as habilidades necessárias para a leitura crítica e a produção de discursos em ambientes digitais? Jenkins et al. (2009) alertam que, no mundo digital, não basta apenas saber decodificar textos

escritos; é fundamental compreender, interpretar e produzir informações em diferentes linguagens, de forma ética, colaborativa e reflexiva.

As políticas públicas educacionais brasileiras, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), reconhecem parcialmente essa demanda ao incluir o desenvolvimento de competências relacionadas ao uso das tecnologias digitais. Contudo, estudiosos como Buzato (2021) argumentam que tais diretrizes ainda carecem de aprofundamento teórico e prático no que tange à efetiva integração dos letramentos digitais no cotidiano escolar.

Diante desse panorama, este trabalho tem como objetivo realizar uma análise crítica sobre os desafios e as possibilidades da alfabetização e do letramento na era digital. Para isso, parte-se de uma revisão teórica fundamentada em autores clássicos e contemporâneos, articulada com dados estatísticos recentes e reflexões sobre as implicações sociais, culturais e educacionais da cultura digital. Busca-se, assim, contribuir para o fortalecimento de práticas pedagógicas mais inclusivas, críticas e emancipatórias, capazes de formar sujeitos aptos a interagir de maneira ética, consciente e transformadora na sociedade digital.

FUNDAMENTOS DA ALFABETIZAÇÃO E DO LETRAMENTO NA ERA DIGITAL

A compreensão dos conceitos de alfabetização e letramento é um ponto de partida imprescindível para refletirmos sobre os desafios educacionais na contemporaneidade. Tais conceitos, embora frequentemente utilizados como sinônimos no senso comum, possuem distinções teóricas importantes que, quando devidamente compreendidas, permitem qualificar o debate sobre práticas pedagógicas alinhadas às exigências da cultura digital.

A DISTINÇÃO CONCEITUAL: ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

Conforme Soares (2017), alfabetização refere-se estritamente ao processo de aquisição do sistema alfabético da escrita — isto é, o desenvolvimento da capacidade de decodificar e codificar os sinais gráficos que compõem a linguagem escrita. Já o letramento extrapola esse domínio técnico, abrangendo as práticas sociais de leitura e escrita que ocorrem em diversos contextos culturais e comunicativos.

Nesse sentido, o letramento não é um estágio posterior à alfabetização, mas sim um processo que ocorre de forma simultânea, pois desde o momento em que o indivíduo começa a interagir com os textos, ele já está se inserindo em práticas sociais letradas. Como defende Kleiman (1995), letrar-se significa apropriar-se das práticas sociais mediadas pela escrita, compreendendo seus usos, funções e sentidos dentro da cultura.

Freire (1996), ao afirmar que "não há palavra verdadeira que não seja uma prática com o mundo", reforça a concepção de que ler e escrever não são atos neutros, mas práticas carregadas de intencionalidade, de construção de sentido e de transformação da realidade. O processo de alfabetizar, portanto, deve ser indissociável do letramento, sobretudo quando consideramos que a linguagem é instrumento de mediação entre o sujeito e o mundo.

MULTILETRAMENTOS E A EXPANSÃO DOS MODOS DE COMUNICAÇÃO

Com a intensificação do uso das tecnologias digitais, surge a necessidade de ampliar a noção de letramento para aquilo que o Grupo de Nova Londres (1996) denomina de multiletramentos. Este conceito reconhece que as práticas de leitura e escrita, na contemporaneidade, não se restringem mais ao texto impresso e linear, mas se desdobram em múltiplas linguagens — visuais, sonoras, audiovisuais, hipertextuais e interativas — que circulam em ambientes digitais.

Rojo (2012) reforça que os multiletramentos não são uma escolha opcional para os sujeitos do século XXI, mas uma exigência social, considerando que os ambientes digitais demandam competências específicas, como a navegação hipertextual, a leitura de imagens, vídeos, infográficos, memes, podcasts e outras formas híbridas de comunicação.

Nesse contexto, as escolas enfrentam um desafio crucial: como incluir, nos processos de ensino-aprendizagem, práticas que desenvolvam não apenas a decodificação da linguagem verbal, mas também a leitura crítica das multimodalidades presentes no am-

biente digital?

A CULTURA DIGITAL E SEUS IMPACTOS NAS PRÁTICAS DE LETRAMENTO

A cultura digital redefine profundamente os modos de interação social, de produção de conhecimento e de circulação da informação. Segundo Castells (2003), vivemos na sociedade em rede, onde o fluxo constante de dados, informações e discursos exige dos sujeitos habilidades para selecionar, interpretar e avaliar criticamente os conteúdos a que são expostos.

Buzato (2021) acrescenta que o letramento digital não se limita ao domínio técnico de ferramentas tecnológicas, mas envolve competências críticas, éticas e comunicacionais necessárias para participar ativamente dos espaços digitais. Isso significa que, na era digital, ser letrado é ser capaz de compreender como os algoritmos moldam as informações, como as fake news são produzidas e disseminadas, e como as práticas de vigilância de dados impactam a vida social.

Dados do relatório Digital 2023 (We Are Social & Meltwater, 2023) indicam que o Brasil possui mais de 181 milhões de usuários ativos nas redes sociais, o que corresponde a 84,3% da população total. Este dado evidencia que as práticas de leitura e escrita, hoje, acontecem em larga escala nos ambientes digitais, sendo fundamental que os processos educativos considerem essa realidade.

DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO NO SÉCULO XXI

A inserção dos multiletramentos nas práticas pedagógicas não ocorre sem desafios. Persistem barreiras estruturais, como o acesso desigual às tecnologias, além de desafios formativos, tanto para professores quanto para estudantes, que muitas vezes possuem uma relação instrumental e acrítica com as mídias digitais.

Além disso, existe um tensionamento entre os modelos tradicionais de ensino — centrados na linearidade, na memorização e na transmissão de conteúdos — e as novas demandas educacionais, que exigem práticas colaborativas, produção de conhecimentos em rede e desenvolvimento de competências para lidar com a sobrecarga informacional.

Freire (1996) já advertia que a educação deve ser um ato de liberdade, e não de domesticação. Esse princípio se torna ainda mais urgente quando se considera que o analfabetismo digital, ou seja, a incapacidade de lidar criticamente com as tecnologias, também é uma forma de exclusão social na contemporaneidade.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Este capítulo evidencia que a alfabetização e o letramento, na era digital, não podem ser pensados de forma dissociada dos contextos socioculturais mediados pelas tecnologias. Alfabetizar é, portanto, letrar; e letrar hoje significa formar sujeitos capazes de transitar criticamente entre diferentes linguagens e suportes comunicacionais.

As reflexões aqui propostas fundamentam a necessidade de rever práticas pedagógicas, currículos e políticas públicas, a fim de garantir uma educação que, além de incluir, emancipe. No capítulo seguinte, serão discutidas as implicações pedagógicas e as estratégias formativas que visam integrar, de forma crítica e ética, os multiletramentos no cotidiano escolar.

IMPLICAÇÕES PEDAGÓGICAS E ESTRATÉGIAS PARA O LETRAMENTO DIGITAL: O PAPEL TRANSFORMADOR DA EDUCAÇÃO NA CULTURA DIGITAL

A incorporação dos multiletramentos e do letramento digital no âmbito escolar implica uma profunda revisão dos paradigmas educacionais vigentes. A educação, enquanto espaço de socialização e construção do conhecimento, precisa transcender a simples transmissão de conteúdos e assumir um papel ativo na formação crítica dos sujeitos frente aos novos meios e linguagens.

Como afirmam Leu et al. (2014), a competência digital não é apenas uma habilidade técnica, mas um conjunto complexo de capacidades cognitivas, sociais e culturais que permitem ao indivíduo navegar, interpretar e produzir conteúdos em múltiplas plataformas digitais. Essa concepção amplia o conceito de letramento para além da tradicional leitura e escrita, incluindo o domínio das práticas comunicativas contemporâneas.

DESAFIOS FORMATIVOS PARA EDUCADORES

Um dos principais entraves para a efetiva-

ção do letramento digital nas escolas é a formação inadequada dos professores. Segundo Buzato (2021), muitos educadores enfrentam dificuldades para integrar as tecnologias digitais de forma crítica e pedagógica, limitando-se ao uso instrumental e, por vezes, replicando métodos tradicionais em ambientes digitais.

A formação continuada, portanto, deve contemplar não apenas o domínio técnico das ferramentas, mas, sobretudo, a reflexão sobre as implicações sociais, culturais e éticas do uso das tecnologias. A mediação pedagógica deve orientar os estudantes a desenvolverem um olhar crítico sobre os discursos e imagens veiculados nos ambientes digitais, identificando suas intencionalidades, veracidade e impacto social.

ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO LETRAMENTO DIGITAL

Diversas práticas inovadoras têm sido propostas e implementadas para promover o letramento digital de maneira crítica e significativa. Entre elas, destacam-se:

Análise crítica de mídias e discursos digitais: Trabalhar com os estudantes a identificação de fake news, discurso de ódio e estereótipos presentes nas redes sociais, fomentando a reflexão ética e a responsabilidade digital (Marwick & Lewis, 2017).

Produção multimodal de textos: Incentivar a criação de conteúdos que integrem texto, imagem, vídeo e som, estimulando a criatividade e a capacidade de comunicar ideias em formatos diversos (Jewitt, 2008).

Projetos colaborativos online: Utilizar plataformas digitais para desenvolver trabalhos coletivos, fortalecendo habilidades de cooperação, negociação e autoria compartilhada (Dillenbourg, 2000).

Jogos e simulações educativas: Incorporar ambientes virtuais de aprendizagem gamificados que promovam o engajamento e a aprendizagem ativa, favorecendo a construção de competências digitais (Gee, 2007).

INCLUSÃO DIGITAL E SUPERAÇÃO DAS DESIGUALDADES

A democratização do acesso às tecnologias é condição indispensável para que o letramento digital atinja seu potencial emancipatório. Contudo, no Brasil e em diversos países, persistem barreiras socioeconômicas que limitam o acesso à internet, dispositivos e à infraestrutura necessária.

Dados do IBGE (2022) apontam que, embora a penetração da internet móvel tenha avançado, ainda existe uma parcela significativa da população sem acesso regular, o que reforça a necessidade de políticas públicas que promovam a inclusão digital de forma ampla e sustentável.

Além do acesso, a inclusão implica também na oferta de formação adequada para o uso das tecnologias, de modo que os sujeitos possam utilizá-las de forma crítica e autônoma, evitando a reprodução de desigualdades e exclusões sociais.

O PAPEL DO PROFESSOR COMO MEDIADOR E CURADOR DE CONTEÚDOS

Na era digital, o professor deixa de ser a fonte única do saber e assume o papel de mediador, curador e facilitador do aprendizado. Essa mudança exige que o educador desenvolva competências para selecionar, organizar e contextualizar informações, orientando os estudantes na construção de um conhecimento crítico e significativo (Siemens, 2005).

A curadoria digital envolve a habilidade de filtrar conteúdos em meio ao excesso de informação, avaliando sua credibilidade e pertinência para os objetivos educacionais. Dessa forma, o professor contribui para formar sujeitos críticos, capazes de atuar de forma ética e participativa no espaço digital.

POLÍTICAS PÚBLICAS E PERSPECTIVAS FUTURAS PARA A ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NA ERA DIGITAL: CONTEXTUALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

A consolidação do letramento digital como componente fundamental da educação tem motivado governos a formularem políticas públicas específicas, visando ampliar o acesso às tecnologias e incorporar as competências digitais nos currículos escolares. No Brasil, documentos como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Plano Nacional de Educação (PNE) refletem essa preocupação ao destacar a importância das tecnologias digitais no processo educativo (MEC, 2017; MEC, 2014).

A BNCC, por exemplo, inclui competências

relacionadas ao uso crítico, significativo e ético das tecnologias digitais para a construção do conhecimento, demonstrando um avanço conceitual no reconhecimento do papel dessas ferramentas no desenvolvimento do sujeito.

DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Apesar dos avanços normativos, a efetivação dessas políticas enfrenta inúmeros obstáculos, que vão desde a infraestrutura inadequada em muitas escolas, a insuficiência de formação docente até as desigualdades regionais que impactam o acesso e uso das tecnologias (OECD, 2020).

A falta de recursos financeiros e a desigualdade socioeconômica dificultam a universalização do acesso, criando um fosso digital que compromete o alcance das metas educacionais. Além disso, o ritmo acelerado das mudanças tecnológicas exige que as políticas públicas sejam dinâmicas e flexíveis, adaptando-se rapidamente às novas demandas.

PERSPECTIVAS INTERNACIONAIS E MODELOS INSPIRADORES

Diversos países têm investido em estratégias inovadoras que podem servir como referência para o Brasil. Exemplos incluem:

Finlândia: onde a educação digital é integrada desde a educação básica com forte ênfase em habilidades de pensamento crítico, resolução de problemas e cidadania digital (Sahlberg, 2015).

Coreia do Sul: que possui uma ampla infraestrutura tecnológica e programas voltados para a inclusão digital, com capacitação constante dos professores (Kang, 2018).

Esses modelos destacam a importância de uma abordagem sistêmica que contemple infraestrutura, formação docente, currículo atualizado e envolvimento da comunidade escolar.

O PAPEL DA SOCIEDADE CIVIL E DAS PARCERIAS

A construção de uma educação digital emancipadora não é tarefa exclusiva do poder público. A participação ativa da sociedade civil, das organizações não governamentais, do setor privado e das instituições acadêmicas é crucial para o desenvolvimento de projetos inovadores, capacitação e fomento à pesquisa aplicada.

Parcerias público-privadas podem viabilizar investimentos em tecnologia e formação, ao mesmo tempo em que promovem a inclusão social e a democratização do conhecimento (Warschauer, 2003).

NOVOS HORIZONTES PARA A ALFABETIZAÇÃO E O LETRAMENTO

A perspectiva futura da alfabetização e do letramento na era digital aponta para uma educação que articule as dimensões tecnológica, cognitiva e social, formando sujeitos capazes de atuar em uma sociedade cada vez mais complexa e mediada por tecnologias.

O desenvolvimento da chamada "cidadania digital" torna-se central, envolvendo não apenas o domínio das ferramentas, mas também a compreensão dos direitos, responsabilidades e ética no ambiente digital (Ribble, 2011).

Além disso, a ampliação das linguagens digitais e a convergência midiática abrem novas possibilidades para práticas pedagógicas diversificadas, que atendam às múltiplas formas de expressão e aprendizagem.

DIMENSÃO CRÍTICA E ÉTICA DO LETRAMENTO DIGITAL NA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA

A era digital impõe uma reconfiguração dos paradigmas educacionais, onde o letramento ultrapassa a simples decodificação e compreensão de textos para se tornar um exercício crítico e ético diante dos múltiplos discursos e práticas midiáticas.

Conforme apontam autores como Buckingham (2007) e Lankshear & Knobel (2008), o letramento digital exige a capacidade de navegar, analisar e avaliar criticamente conteúdo em um ambiente saturado de informações, muitas vezes contraditórias e politizadas.

A reflexão ética se torna imprescindível no contexto da educação digital, dada a crescente circulação de desinformação, discursos de ódio e manipulações algorítmicas que impactam a construção do conhecimento e as relações sociais.

Buzato (2018) enfatiza que educar para o letramento digital crítico é formar sujeitos

capazes de reconhecer os vieses, as intencionalidades e as implicações morais dos conteúdos consumidos e produzidos.
Além disso, o papel do educador se redefine: não apenas como transmissor de saberes, mas como mediador ético e crítico, orientando os estudantes a desenvolverem autonomia intelectual e responsabilidade social. É necessário fomentar práticas pedagógicas que integrem debates sobre privacidade, direitos digitais, cidadania e participação democrática, ampliando a compreensão da cultura digital para além do uso instrumental das tecnologias.
Desse modo, o letramento digital crítico e ético emerge como uma dimensão fundamental para a formação integral dos sujeitos contemporâneos, alinhando-se a uma educação emancipadora que valoriza o pensamento reflexivo, a ética e o engajamento ativo na sociedade. Essa perspectiva contribui para enfrentar os desafios atuais da exclusão digital e das desigualdades no acesso ao conhecimento, promovendo um ambiente educacional mais justo, inclusivo e transformador.

POLÍTICAS PÚBLICAS E DESAFIOS PARA A ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NA ERA DIGITAL

A consolidação da alfabetização e do letramento na era digital depende, em larga medida, das políticas públicas que orientam a educação em suas múltiplas esferas. Conforme destaca Sposito (2016), a formulação e implementação de políticas educacionais precisam considerar as especificidades da cultura digital, promovendo a inclusão digital, o acesso equitativo às tecnologias e a formação continuada de educadores para o contexto contemporâneo.
No Brasil, programas governamentais como o Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo) e o Plano Nacional de Educação (PNE) têm buscado incorporar o uso das tecnologias digitais nas escolas públicas. Todavia, como argumenta Kenski (2019), a desigualdade socioeconômica e as disparidades regionais ainda configuram obstáculos significativos para a universalização do acesso e para a efetivação de práticas pedagógicas que contemplem o letramento digital de forma crítica.
Além disso, a complexidade do cenário educacional contemporâneo impõe desafios que vão além do acesso tecnológico. É imprescindível garantir a qualidade do ensino, a contextualização dos conteúdos digitais e a promoção de ambientes escolares que favoreçam a participação ativa e colaborativa dos estudantes (Rede Nacional de Formação Continuada em Educação a Distância, 2020).
Outro aspecto relevante diz respeito à atualização das legislações educacionais para contemplar os avanços tecnológicos e suas implicações éticas, sociais e cognitivas. A educação digital deve estar amparada por normas que assegurem direitos digitais, privacidade e segurança dos usuários, conforme preconizado por autores como Ribas e Gomes (2018).
É fundamental que as políticas públicas incorporem a participação dos diversos atores educacionais — incluindo professores, gestores, estudantes e comunidade — em processos contínuos de avaliação e aprimoramento. Essa abordagem colaborativa fortalece a construção de práticas educativas inovadoras, democráticas e alinhadas aos desafios da alfabetização e letramento digital no século XXI.

CONCLUSÃO

A alfabetização e o letramento na era digital configuram-se como desafios centrais para a educação contemporânea, exigindo repensar conceitos, práticas pedagógicas e políticas públicas à luz das transformações tecnológicas e culturais que permeiam a sociedade atual. Este artigo demonstrou que, embora os conceitos tradicionais de alfabetização e letramento, fundamentados em autores como Soares (2017), Freire (1996) e Rojo (2012), permaneçam essenciais, sua ressignificação é imprescindível para incorporar as demandas da cultura digital.
A expansão das tecnologias digitais e a ubiquidade das redes sociais ampliam as possibilidades de acesso à informação, porém impõem a necessidade de desenvolver competências críticas e multimodais para interpretar, selecionar e produzir sentidos nesse novo ecossistema comunicacional. Nesse sentido, o letramento digital torna-se um imperativo para a formação de sujeitos críticos, éticos e participativos, capazes de nave-

gar não apenas tecnicamente, mas também cognitivamente, pelos desafios do mundo digital.

Ademais, as políticas públicas emergem como vetor decisivo para garantir que a inclusão digital ultrapasse o simples acesso tecnológico e se traduza em oportunidades efetivas de aprendizagem e desenvolvimento humano. A inclusão de múltiplos atores no processo educacional, a formação continuada de professores e o estabelecimento de marcos regulatórios que assegurem direitos digitais são estratégias fundamentais para promover uma educação emancipadora e equânime.

Portanto, o percurso trilhado neste Ebook aponta para a necessidade de uma articulação integrada entre teoria, prática pedagógica e políticas públicas, que dialogue com as complexidades do contexto digital contemporâneo. É urgente, assim, que a educação se transforme em um espaço de construção crítica e criativa, onde a alfabetização e o letramento se constituam como ferramentas para a plena participação social e cultural no século XXI.

Este diálogo interdisciplinar e a reflexão constante sobre os impactos da cultura digital devem continuar a orientar pesquisadores, educadores e gestores, fortalecendo a missão da educação de formar sujeitos conscientes, autônomos e preparados para os desafios de um mundo em constante transformação.

Diante desse cenário, é fundamental compreender que alfabetizar e letrar na contemporaneidade não se limita apenas ao domínio do código escrito, mas exige competências relacionadas à leitura crítica de diferentes linguagens — verbais, visuais, sonoras, audiovisuais e digitais — que permeiam as interações sociais atuais. Isso implica reconhecer que os multiletramentos, conforme defendido pelo Grupo de Nova Londres (2000) e aprofundado por Rojo (2012), não são uma opção, mas uma necessidade pedagógica, social e ética.

Os desafios que se impõem não se restringem à sala de aula, mas atravessam os contextos sociais, culturais e econômicos. As desigualdades digitais revelam-se como extensão das desigualdades históricas, colocando em evidência que a exclusão não se dá apenas pelo não acesso às tecnologias, mas também pela ausência de condições para seu uso crítico, ético e transformador. Assim, o combate à ilusão do acesso descontextualizado torna-se um princípio orientador das práticas educativas comprometidas com a justiça social.

Soma-se a isso a necessidade urgente de repensar o papel do educador, que deixa de ser mero transmissor de informações e se torna um agente mediador, curador de conteúdos, promotor de aprendizagens significativas e facilitador do desenvolvimento de competências cognitivas, socioemocionais e digitais. A formação docente, portanto, deve estar alinhada às exigências do mundo digital, incorporando metodologias ativas, práticas colaborativas, uso ético das tecnologias e constante atualização frente às mudanças aceleradas.

Além disso, refletir sobre alfabetização e letramento na era digital implica discutir os desafios éticos, como o enfrentamento à desinformação, às fake news, ao discurso de ódio e às bolhas de opinião que comprometem o exercício da cidadania crítica. Nesse sentido, a educação assume um papel central na formação de sujeitos capazes de exercer não apenas uma leitura crítica do mundo, mas também uma atuação ética, democrática e transformadora na sociedade.

Portanto, conclui-se que a integração dos saberes tradicionais com as exigências dos ambientes digitais não representa uma ruptura, mas uma ampliação das práticas educativas. Trata-se de reconhecer que os processos de alfabetização e letramento devem ser constantemente ressignificados, acompanhando as dinâmicas sociotécnicas da contemporaneidade. É nesse movimento contínuo de reflexão, ação e transformação que reside a potência de uma educação verdadeiramente emancipadora, capaz de preparar indivíduos para compreender, interagir e transformar o mundo em que vivem.

Dessa forma, este trabalho convida educadores, pesquisadores, gestores e formuladores de políticas públicas a assumirem o compromisso ético, pedagógico e social de construir uma educação que não apenas inclua tecnologicamente, mas que forme sujeitos críticos, reflexivos e protagonistas na era digital — uma condição indispensável

para a construção de sociedades mais justas, equânimes e democráticas.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. BNCC: Educação é a Base. Brasília, MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/. Acesso em: 16 jun. 2025.

BUZATO, Marcelo P. Letramento digital: práticas sociais e modos de aprendizagem na cultura contemporânea. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. 22. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2021.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa. 66. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____, Paulo. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

GEE, James Paul. What Video Games Have to Teach Us About Learning and Literacy. New York: Palgrave Macmillan, 2007.

_____, James Paul. Literacy and Education. New York: Routledge, 2015.

GRUPO DE NOVA LONDRES. Multiliteracies: Literacy Learning and the Design of Social Futures. Harvard Educational Review, v. 66, n. 1, p. 60-92, 1996. Disponível em: https://doi.org/10.17763/haer.66.1.17370n67v22j160u. Acesso em: 16 jun. 2025.

KRESS, Gunther. Literacy in the New Media Age. London: Routledge, 2003.

_____, Gunther; VAN LEEUWEN, Theo. Reading Images: The Grammar of Visual Design. 2. ed. London: Routledge, 2006.

LEMKE, Jay. Letramentos digitais e transformação da educação. In: MAGNANI, José G. C.; MARTINS, José de Souza (Org.). Ensino e tecnologias: reflexões sobre a prática na contemporaneidade. Campinas: Papirus, 2009. p. 15-30.

LEU, Donald J.; FORGHANI, Niousha. The New Literacies of Online Research and Comprehension: Rethinking the Reading Achievement Gap. In: International Handbook of Research on Children's Literacy, Learning and Culture. London: Wiley Blackwell, 2013. p. 61-72.

OCDE. Skills Outlook 2019: Thriving in a Digital World. Paris: OECD Publishing, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1787/df80bc12-en. Acesso em: 16 jun. 2025.

PNUD; UNESCO; UNICEF. Education for Sustainable Development Goals: Learning Objectives. Paris: UNESCO, 2017. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000247444. Acesso em: 16 jun. 2025.

ROJO, Roxane. Letramentos múltiplos, escola e inclusão social. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

_____, Roxane; MOURA, Evanildo. Multiletramentos na escola. São Paulo: Parábola Editorial, 2019.

SOARES, Magda Becker. Alfabetização e letramento: caminhos e descaminhos. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

_____, Magda Becker. Letramento: um tema contemporâneo. 21. ed. São Paulo: Contexto, 2020.

TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

UNESCO. Reimagining our futures together: A new social contract for education. Paris: UNESCO, 2021. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000379700. Acesso em: 16 jun. 2025.

_____. Education in a post-COVID world: Nine ideas for public action. Paris: UNESCO, 2020. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000373717. Acesso em: 16 jun. 2025.

VAN DIJK, Jan. A sociedade em rede: ques-